

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 19/XII/3.^a SL

Aos 27 dias do mês de novembro de 2013, pelas 10 horas e 45 minutos, reuniu a Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, na sala 6 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte ordem do dia:

1. **Distribuição de iniciativas legislativas;**
2. **Apreciação e votação dos pareceres sobre as seguintes iniciativas:**
 - **Proposta de lei n.º 185/XII/3.^a (GOV) - Procede à primeira alteração à Lei n.º 36/2003, de 23 de agosto, em cumprimento da Decisão 2009/426/JAI do Conselho, de 16 de dezembro de 2008, relativa ao reforço da Eurojust e que altera a Decisão 2002/187/JAI relativa à criação da Eurojust a fim de reforçar a luta contra as formas graves de criminalidade;**
Relatora - Deputada Ana Catarina Mendes (PS)
 - **Projeto de lei n.º 453/XII/3.^a (PSD) - 31.^a alteração ao Código Penal, 6.^a alteração à Lei n.º 34/87, de 16 de julho, 1.^a alteração à Lei n.º 20/2008, de 21 de abril, 1.^a alteração à Lei n.º 50/2007, de 31 de agosto, e 1.^a alteração à Lei n.º 19/2008, de 21 de abril, no sentido de dar cumprimento às recomendações dirigidas a Portugal em matéria de corrupção pelo GRECO, Nações Unidas e OCDE no contexto de processos de avaliações mútuas;**
Relatora - Deputada Isabel Oneto (PS)
 - **Projeto de lei n.º 459/XII/3.^a (PSD e CDS-PP) - Altera o Código Penal, qualificando os crimes de homicídio e de ofensas à integridade física cometidos contra solicitadores, agentes de execução e administradores judiciais;**
Relator - Deputado Filipe Neto Brandão (PS)
- 3 **Apreciação e votação do requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do PCP solicitando a audição do Secretário-Geral do Sistema de Informações da República para prestar esclarecimentos acerca dos mecanismos de cooperação entre os serviços de informações portuguesas e os serviços congéneres de outros países, designadamente a NSA;**
- 4 **Apreciação e votação do requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS para audição do Conselho superior da Magistratura relativamente à proposta de decreto-lei do regime de organização e funcionamento dos tribunais judiciais, que visa regulamentar a Lei n.º 62/2013, de 26 de agosto;**

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 19/XII/3.^a SL

- 5 **Apreciação e votação do requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS para audição do Ministro da Administração Interna e do Superintendente Chefe Paulo Valente Gomes (Diretor-Nacional da PSP), na sequência dos acontecimentos ocorridos em frente à Assembleia da República no dia 21 de novembro de 2013;**
- 6 **Discussão e votação na especialidade da proposta de lei n.º 170/XII/2.^a (GOV) - Procede à quinta alteração à Lei n.º 14/87, de 29 de abril, que aprova a Lei Eleitoral para o Parlamento Europeu, transpondo a Diretiva 2013/1/UE do Conselho, de 20 de dezembro de 2012, que altera a Diretiva 93/109/CE do Conselho, de 6 de dezembro de 1993, no que se refere a alguns aspetos do sistema de elegibilidade nas eleições para o Parlamento Europeu dos cidadãos da União residentes num Estado membro de que não tenham a nacionalidade;**
- 7 **Distribuição e admissão de petições;**
- 8 **Apreciação e votação de relatórios sobre iniciativas europeias;**
- 9 **Outros assuntos.**

Aberta a reunião pelo Senhor Presidente, Deputado Fernando Negrão, foram distribuídas as seguintes iniciativas legislativas e designados relatores:

PROJETOS DE LEI

N.º AUTOR	ASSUNTO	NOMEAÇÃO RELATOR DATA
465/XII/3.^a (PSD/CDS-PP)	<u>Aprova o Regime do Segredo de Estado.</u>	Pedro Delgado Alves (PS)
466/XII/3.^a (PSD/CDS-PP)	<u>Que cria a Entidade fiscalizadora do regime de Segredo de Estado.</u>	Pedro Delgado Alves (PS)

No segundo ponto da ordem do dia, começou por ser apreciado o parecer sobre a [proposta de lei n.º 185/XII/3.^a \(GOV\)](#) - Procede à primeira alteração à Lei n.º 36/2003, de 23 de agosto, em cumprimento da Decisão 2009/426/JAI do Conselho, de 16 de

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 19/XII/3.ª SL

dezembro de 2008, relativa ao reforço da Eurojust e que altera a Decisão 2002/187/JAI relativa à criação da Eurojust a fim de reforçar a luta contra as formas graves de criminalidade, que foi apresentado pela respetiva relatora, Senhora Deputada Ana Catarina Mendes (PS), que sublinhou o facto de esta iniciativa introduzir uma alteração substancial na nomeação do membro nacional ao afastar o Conselho Superior do Ministério Público da posição que presentemente ocupa no processo decisório de nomeação, nos termos da Lei n.º 36/2003, de 22 de agosto, o que pode atentar contra o disposto no artigo 219.º da Constituição, concluindo, por isso, ser avisado ouvir o Conselho Superior do Ministério Público antes da votação na generalidade da proposta. Em seguida, intervieram as Senhoras Deputadas e os Senhores Deputados Hugo Velosa (PSD), Cecília Honório (BE), Teresa Anjinho (CDS-PP), Jorge Machado (PCP), Filipe Neto Brandão (PS), Telmo Correia (CDS-PP), Jorge Lação e Isabel Alves Moreira (PS), que consideraram pertinentes as questões suscitadas no parecer e reiteraram a necessidade de proceder à audição do Conselho Superior do Ministério Público sobre essa matéria. O Senhor Deputado Hugo Velosa (PSD) criticou, ainda, o facto de a Deputada relatora incluir matéria opinativa nas partes do parecer sujeitas a votação, tendo sugerido algumas alterações ao texto, sugestões que foram aceites pela Senhora Deputada Ana Catarina Mendes (PS). No final, o parecer foi aprovado (partes I e III), com votos a favor do PSD, do PS e do CDS-PP, votos contra do PCP e a abstenção do BE, registando-se a ausência do PEV.

Em seguida, foi apreciado o parecer sobre o [projeto de lei n.º 453/XII/3.ª \(PSD\)](#) - 31ª alteração ao Código Penal, 6ª alteração à Lei n.º 34/87, de 16 de julho, 1ª alteração à Lei n.º 20/2008, de 21 de abril, 1ª alteração à Lei n.º 50/2007, de 31 de agosto, e 1ª alteração à Lei n.º 19/2008, de 21 de abril, no sentido de dar cumprimento às recomendações dirigidas a Portugal em matéria de corrupção pelo GRECO, Nações Unidas e OCDE no contexto de processos de avaliações mútuas, que foi apresentado pela respetiva relatora, Senhora Deputada Isabel Oneto (PS), e aprovado (partes I e III) por unanimidade, registando-se a ausência do BE e do PEV.

Foi, ainda, apreciado o parecer sobre o [projeto de lei n.º 459/XII/3.ª \(PSD-CDS-PP\)](#) - Altera o Código Penal, qualificando os crimes de homicídio e de ofensas à integridade física cometidos contra solicitadores, agentes de execução e administradores judiciais,

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 19/XII/3.ª SL

que foi apresentado pelo respetivo relator, Senhor Deputado Filipe Neto Brandão (PS) e, após um breve debate, em que interveio o Sr. Deputado Carlos Peixoto (PSD), foi aprovado (partes I e III) por unanimidade, registando-se a ausência do BE e do PEV.

No ponto seguinte, procedeu-se à apreciação do requerimento, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PCP, solicitando a audição do Secretário-Geral do Sistema de Informações da República, para prestar esclarecimentos acerca dos mecanismos de cooperação entre os serviços de informações portuguesas e os serviços congéneres de outros países, designadamente a NSA. O Senhor Deputado Jorge Machado (PCP) fundamentou a apresentação do requerimento com base nas notícias publicadas na comunicação social sobre hipotéticas atividades de cooperação e partilha de informação dos serviços de informações portuguesas com a NSA, através de práticas de ciberespionagem e de escutas, e por ter considerado insuficiente o esclarecimento prestado, quer pelo Senhor Primeiro-Ministro quer pelo gabinete do Secretário-Geral do SIRP, sobre a matéria. Usou da palavra, em seguida, a Senhora Deputada Teresa Leal Coelho (PSD), que defendeu que o requerimento do PCP se baseava em pressupostos errados, por valorar notícias publicadas na comunicação social e não o comunicado de esclarecimento público do gabinete do Secretário-Geral do SIRP, não vendo por isso utilidade nessa audição, e esclareceu ainda que o Secretário-Geral do SIRP responde diretamente perante o Primeiro-Ministro e não perante a Assembleia da República. No mesmo sentido, o Senhor Deputado Telmo Correia (CDS-PP) afirmou já estarem esclarecidas as questões e desmentidas as notícias publicadas e recordou que existe um órgão próprio de fiscalização das atividades do SIRP. Os Senhores Deputados Luís Pita Ameixa, Isabel Oneto e Marcos Perestrello (PS), por uma questão de transparência, disseram nada ter a opor à realização da audição, propondo também a audição do Conselho de Fiscalização do SIRP. Durante o debate, o Senhor Presidente lembrou que, em sede da 1.ª Comissão, só há lugar a audições regulares do Conselho de Fiscalização do SIRP e não do Secretário-Geral do SIRP, posição que foi secundada pelos Senhores Deputados Jorge Lacão (PS) e Telmo Correia (CDS-PP). A Senhora Deputada Teresa Leal Coelho (PSD) convidou todos os Senhores Deputados e as Senhoras Deputadas a juntarem-se a uma declaração de repúdio e de condenação de todas as práticas de serviços de informações contrárias

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 19/XII/3.^a SL

às regras do Estado de direito democrático. No final, o requerimento foi rejeitado, com votos contra do PSD, do CDS-PP e do Deputado do PS Jorge Lacão, votos a favor do PCP e a abstenção do PS, na ausência do BE e do PEV. O PS apresentou, ainda, um requerimento oral para audição do Conselho de Fiscalização do SIRP sobre esta matéria, que foi aprovado por unanimidade.

Foi, também, apreciado o requerimento, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS, para audição do Conselho Superior da Magistratura relativamente à proposta de decreto-lei do regime de organização e funcionamento dos tribunais judiciais, que visa regulamentar a Lei n.º 62/2013, de 26 de agosto. A Senhora Deputada Ana Catarina Mendes (PS) usou da palavra para justificar a apresentação do requerimento, tendo o Senhor Deputado Hugo Velosa (PSD) declarado não acompanhar a pretensão do PS por entender não ser oportuno ouvir por agora o Conselho Superior da Magistratura. No final, o requerimento foi rejeitado, com votos contra do PSD e do CDS-PP e votos a favor do PS e do PCP, registando-se a ausência do BE e do PEV.

A Comissão procedeu, ainda, à apreciação do requerimento, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS, para audição do Ministro da Administração Interna e do Superintendente Chefe Paulo Valente Gomes, ex-Diretor-Nacional da PSP, na sequência dos incidentes ocorridos em frente à Assembleia da República, no dia 21 de novembro de 2013, durante uma manifestação de agentes de forças de segurança. O Senhor Deputado Marcos Perestrello (PS) fundamentou o requerimento na gravidade dos factos ocorridos e na necessidade de se proceder ao apuramento da responsabilidade política dos mesmos, tendo sugerido a votação, em separado, das duas audições. No debate, o Senhor Deputado Hugo Velosa (PSD) declarou que, apesar de não pôr em causa a gravidade dos acontecimentos, não se revia no requerimento apresentado, por um lado, por não fazer sentido ouvir o ex-Diretor Nacional da PSP e, por outro lado, por considerar inoportuno ouvir, com urgência, o Ministro da Administração Interna antes de estarem concluídas as averiguações a cargo da Inspeção-Geral da Administração Interna (IGAI), posição que foi secundada pelo Senhor Deputado Telmo Correia (CDS-PP). A Senhora Deputada Cecília Honório (BE) afirmou a sua vontade em desmarcar-se do exagero que envolveu o tratamento desta questão, tendo o Senhor Deputado Jorge Machado (PCP) sugerido que a

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 19/XII/3.^a SL

audição do ex-Diretor Nacional da PSP fosse substituída pela do atual Diretor Nacional, Luís Farinha, sugestão que foi aceite pelo PS.

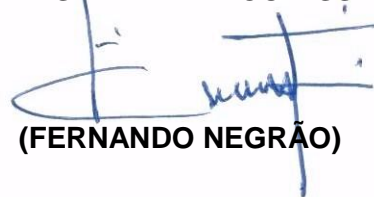
No final, procedeu-se à votação, em separado, das duas audições requeridas, que foram rejeitadas, com votos contra do PSP e do CDS-PP e votos a favor do PS, do PCP e do BE, na ausência do PEV.

O Senhor Presidente sugeriu o adiamento dos restantes pontos da ordem do dia, sugestão que foi aceite pelos grupos parlamentares presentes, tendo ainda usado da palavra o Senhor Deputado Luís Pita Ameixa (PS) para sugerir a audição do Diretor-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais no âmbito das preocupações manifestadas em anterior reunião sobre o sistema prisional, nomeadamente a degradação das condições nos estabelecimentos prisionais e o aumento da população prisional, requerimento que irá formalizar por escrito.

Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada às 13 horas e 35 minutos, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 27 de novembro de 2013

O PRESIDENTE DA COMISSÃO



(FERNANDO NEGRÃO)

Nota: Aprovada em 04-12-2013

**COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E
GARANTIAS**

ATA NÚMERO 19/XII/3.^a SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Andreia Neto
António Gameiro
Carlos Peixoto
Cecília Honório
Fernando Negrão
Filipe Neto Brandão
Francisca Almeida
Hugo Velosa
Isabel Alves Moreira
Isabel Oneto
João Lobo
Jorge Lacão
José Luís Ferreira
Luís Pita Ameixa
Maria Paula Cardoso
Paulo Rios de Oliveira
Paulo Simões Ribeiro
Telmo Correia
Teresa Anjinho
Teresa Leal Coelho
Jorge Machado
Marcos Perestrello
Margarida Almeida
Mónica Ferro
Nuno Sá Costa

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

António Filipe
Hugo Lopes Soares

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados: